

**Companhia de Geração  
Térmica de Energia Elétrica**

**Demonstrações financeiras intermediárias  
em 31 de março de 2015**

## **Demonstrações financeiras**

Balanços patrimoniais intermediários.....	03
Demonstração intermediária do resultado.....	04
Demonstração intermediária do resultado abrangente.....	05
Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido.....	06
Demonstração intermediária dos fluxos de caixa.....	07
Demonstração intermediária do valor adicionado.....	08

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

1	Informações gerais.....	9
2	Desempenho operacional (*).....	12
3	Das concessões de serviço público de energia elétrica.....	13
4	Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.....	16
5	Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6	Clientes.....	17
7	Tributos a recuperar.....	18
8	Direito de ressarcimento – CCC / CDE.....	21
9	Almoxarifado.....	21
10	Imobilizado.....	22
11	Intangível.....	23
12	Fornecedores.....	24
13	Financiamentos e empréstimos.....	25
14	Tributos e contribuições sociais a recolher.....	26
15	Encargos setoriais.....	27
16	Obrigações estimadas.....	27
17	Provisão para contingências.....	27
18	Benefícios pós-emprego.....	32
19	Remuneração aos acionistas.....	33
20	Adiantamento para futuro aumento de capital.....	34
21	Outros passivos.....	34
22	Imposto de renda e contribuição social.....	35
23	Patrimônio líquido.....	36
24	Receita operacional líquida.....	37
25	Custos e despesas operacionais.....	37
26	Resultado financeiro.....	38
27	Remuneração do pessoal-chave da administração.....	39
28	Instrumentos financeiros.....	39
29	Estimativa do valor justo.....	40
30	Gestão de capital.....	41
31	Gestão de risco financeiro.....	41
32	Análise de sensibilidade.....	44
33	Saldos e transações com partes relacionadas.....	45
34	Compromissos operacionais de longo prazo.....	46
35	Seguros.....	48

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Balancos patrimoniais intermediários em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/03/2015	31/12/2014	PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota	31/03/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.699	25.717	Fornecedores	12	292.449	264.375
Clientes	6	43.264	98.614	Financiamentos e empréstimos	13	246.305	224.318
Tributos a recuperar	7	5.090	3.860	Tributos e contribuições sociais a recolher	14	25.296	14.123
Direitos de ressarcimento - CCC / CDE	8	98.190	62.346	Obrigações estimadas	16	9.155	13.233
Almoxarifado	9	26.486	53.134	Encargos setoriais	15	2.631	1.863
Outros ativos		6.577	1.312	Provisões para contingências	17	37.171	32.082
Total do circulante		<u>208.306</u>	<u>244.983</u>	Benefícios pós-emprego	18	627	1.590
				Remuneração aos acionistas	19	68.019	66.195
				Outros passivos	21	19.702	19.486
				Total do circulante		<u>701.355</u>	<u>637.265</u>
				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
				Fornecedores	12	21.284	21.284
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Financiamentos e empréstimos	13	1.897.635	1.830.496
Realizável a longo prazo				Benefícios pós-emprego	18	1.614	1.614
Tributos a recuperar	7	27.834	27.834	Adiantamento para futuro aumento de capital	20	18.521	18.391
Almoxarifado	9	117.251	105.778	Provisão para passivo atuarial	18	3.508	3.508
Depósitos judiciais	17	6.484	6.653			<u>1.942.562</u>	<u>1.875.293</u>
		<u>151.569</u>	<u>140.265</u>	Total do passivo		<u>2.643.917</u>	<u>2.512.558</u>
				<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
				Capital social	23.1	845.510	845.510
Imobilizado	10	1.561.839	1.571.944	Reserva de lucros	23.2	2.596	2.596
Intangível	11	2.165	2.314	Ajustes de avaliação patrimonial		(31.817)	(31.817)
Total do não circulante		<u>1.715.573</u>	<u>1.714.523</u>	Prejuízos acumulados		(1.536.327)	(1.369.341)
				Total do passivo a descoberto		<u>(720.038)</u>	<u>(553.052)</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>1.923.879</u></u>	<u><u>1.959.506</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<u><u>1.923.879</u></u>	<u><u>1.959.506</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária do resultado  
Trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014  
Em milhares de reais

	Nota	31/03/2015	31/03/2014
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>120.420</b>	<b>74.981</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>	25	<b>(205.227)</b>	<b>(141.115)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(98.944)	(40.383)
Encargos de uso da rede de transmissão		(9.130)	(7.003)
Pessoal		(23.348)	(26.852)
Material		(24.466)	(20.253)
Serviço de terceiros		(14.306)	(18.721)
Depreciação e amortização		(20.395)	(18.391)
Combustíveis para produção de energia		(41.004)	(32.191)
(-) Recuperação de despesas - subvenção de combustíveis		38.374	29.075
Outros		(12.008)	(6.396)
<b>Resultado do serviço de energia elétrica</b>		<b>(84.807)</b>	<b>(66.134)</b>
<b>Outras receitas/despesas</b>		<b>115</b>	<b>4.467</b>
<b>Resultado financeiro</b>	26	<b>(82.294)</b>	<b>(51.275)</b>
Receita financeira		216	22.721
Despesa financeira		(82.510)	(73.996)
<b>Prejuízo operacional antes dos impostos</b>		<b>(166.986)</b>	<b>(112.942)</b>
Imposto de renda e contribuição social		-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(166.986)</b>	<b>(112.942)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária do resultado abrangente  
Trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014  
Em milhares de reais

---

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
<b>Prejuízo do período</b>	<u>(166.986)</u>	<u>(112.942)</u>
Perdas (ganhos) atuariais do período	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<u><u>(166.986)</u></u>	<u><u>(112.942)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 31 de março de 2015 e 2014  
Em milhares de reais

---

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	845.510	(56.605)	2.596	(889.229)	(97.728)
Prejuízo do período	-	-	-	(112.942)	(112.942)
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>845.510</b>	<b>(56.605)</b>	<b>2.596</b>	<b>(1.002.171)</b>	<b>(210.670)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	845.510	(31.817)	2.596	(1.369.341)	(553.052)
Prejuízo do período	-	-	-	(166.986)	(166.986)
<b>Saldo em 31 de março de 2015</b>	<b>845.510</b>	<b>(31.817)</b>	<b>2.596</b>	<b>(1.536.327)</b>	<b>(720.038)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária dos fluxos de caixa  
Trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014  
Em milhares de reais

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado antes dos impostos</b>	(166.986)	(112.942)
Prejuízo do período	<u>(166.986)</u>	<u>(112.942)</u>
<b>Ajustes no resultado por:</b>		
Depreciação e amortização	21.046	19.917
Baixa de ativo imobilizado e intangível	2	9
Encargos financeiros apropriados	68.973	38.586
Encargos financeiros sobre dividendos não distribuídos	1.824	1.447
Variações monetárias e cambiais líquidas	110	4.176
Provisões para contingências	5.089	1.332
Total de ajustes	<u>97.044</u>	<u>65.467</u>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>		
Redução em clientes	55.350	8.279
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(1.230)	9.602
Redução em cauções e depósitos vinculados	169	227
Aumento em direito de ressarcimento	(35.845)	(18.954)
Redução (aumento) em almoxarifado	15.175	(756)
(Aumento) redução em outros ativos	(5.265)	4.536
Aumento em fornecedores	27.964	14.980
Aumento em tributos e contribuições sociais a recolher	11.173	1.921
Redução em obrigações estimadas	(4.078)	(2.833)
Aumento (redução) em encargos setoriais	769	(4.640)
Redução em outros passivos	(1.144)	(9.841)
Total de variações	<u>63.038</u>	<u>2.521</u>
Pagamento de encargos financeiros	(6.992)	(8.602)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>(13.896)</u>	<u>(53.556)</u>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(10.794)	(2.274)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(10.794)</u>	<u>(2.274)</u>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Ingresso de financiamentos e empréstimos	35.629	95.789
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(7.957)	(9.879)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u>27.672</u>	<u>85.910</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.982</u>	<u>30.080</u>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	28.699	47.183
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>25.717</u>	<u>17.103</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.982</u>	<u>30.080</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária do valor adicionado  
Trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014  
Em milhares de reais

	31/03/2015	31/03/2014
RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	129.369	84.505
Outras receitas operacionais	898	5.798
	<u>130.267</u>	<u>90.303</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(98.944)	(40.383)
Serviços de terceiros	(14.306)	(18.721)
Materiais	(24.466)	(20.253)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(41.004)	(32.191)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	38.374	29.075
Outros custos operacionais	(20.166)	(12.996)
	<u>(160.512)</u>	<u>(95.469)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(30.245)</u>	<u>(5.166)</u>
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	<u>(20.395)</u>	<u>(18.391)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(50.640)</u>	<u>(23.557)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	216	22.721
Outras receitas - aluguéis	5	8
	<u>221</u>	<u>22.729</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b><u>(50.419)</u></b>	<b><u>(828)</u></b>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	18.874	22.221
Governo	15.265	17.830
Agentes financeiros e aluguéis	82.428	72.063
Retenção/distribuição de prejuízo do exercício	(166.986)	(112.942)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b><u>(50.419)</u></b>	<b><u>(828)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Informações gerais

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia" ou "Eletrobras CGTEE"), é uma sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("controladora" ou "Eletrobras"). Foi constituída em 28 de julho de 1997, e está inscrita no CNPJ sob o nº 02.016.507/0001-69.

A Companhia tem sede e Foro na cidade de Porto Alegre - capital do Estado do Rio Grande do Sul, podendo, a critério da Diretoria, criar sucursais, filiais, agências e escritórios nesta mesma cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a legislação vigente.

A Companhia tem por objeto social, conforme o seu estatuto:

- (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras de energia elétrica, de instalações de transmissão e de transformação de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais, observada a legislação vigente;
- (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;
- (d) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente;
- (e) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa;
- (f) principal atividade operacional:

Através do Contrato de Concessão nº 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador, sob concessão, da Companhia possui potência instalada e em operação de 490 MW. Estas usinas serão afetadas pela Lei nº 12.783/13, conforme a Nota 3. Além da concessão citada, detém autorização, por meio da Portaria MME nº 304,

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

de 17 de setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III, Fase C, localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW. A nova usina foi implantada e entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2011. A energia gerada pela nova usina foi comercializada no Leilão de Energia, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024. Esta usina não será afetada pela Lei nº 12.783/13.

Com a instalação da usina Candiota III (Fase C), a Companhia passou a contar com potência instalada total de 840 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

### Situação financeira

A Companhia apresentou, em 31 de março de 2015, um prejuízo de R\$ 166.986, ante um prejuízo de R\$ 112.942 em 31 de março de 2014. Os resultados apresentados nos exercícios determinaram um passivo a descoberto em R\$ 720.038 em 31 de março de 2015 (R\$ 553.052 em 31 de dezembro de 2014).

Os resultados apresentados em 31 de março de 2015 tiveram como principais causas:

- Aumento da receita com suprimento de energia em 53,1% comparada ao mesmo período de 2014, em função do acréscimo na receita do mercado de curto prazo em 2015.

- Aumento dos custos e despesas operacionais em 45,4% em comparação ao mesmo período de 2014. As principais variações ocorreram nos gastos com materiais, que tiveram um acréscimo de 20,8% em relação a 2014, e nos gastos com energia elétrica comprada para revenda, que continua sendo um gasto expressivo, com uma participação de 48,2% no total dos custos e despesas operacionais da Companhia (28,6% em 31 de março de 2014), e apresentou aumento de 145,0% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

- Aumento da despesa financeira em 11,5%, impulsionado pelos encargos financeiros sobre a dívida, que tiveram uma elevação de 72,8% em relação ao mesmo período de 2014.

O total do passivo circulante, em 31 de março de 2015, foi de R\$ 701.355 (R\$ 637.265 em 31 de dezembro de 2014). Deste total, R\$ 246.305 (R\$ 224.318 em 31 de dezembro de 2014) são referentes ao financiamento da UTE Candiota III (Fase C), da revitalização da UTE Candiota II (Fase B), dividendos não distribuídos e demais empréstimos para custeio contraídos junto a Eletrobras.

Para as principais atividades de investimentos, como a revitalização da Fase B da UTE Presidente Médici e do termo de ajustamento de conduta (TAC) assumido com o IBAMA, a Companhia conta com o apoio financeiro da Eletrobras, através do financiamento destas obras via empréstimos com recursos da RGR e pela integralização de recursos destinados ao aumento de capital social (AFAC) no caso específico do TAC das Fases A e B.

Diante do quadro atual, a Companhia mantém tratativas permanentes junto a *holding* para viabilizar ações que possibilitem a sua recuperação técnica e financeira, onde neste sentido houve a aprovação ( Del-106/2014) do Plano de Negócios pelo Conselho de Administração na reunião realizada em Brasília no dia 29/09/2014, destacando-se as seguintes ações:

- Usinas de São Jerônimo e Nutepa: estas unidades estão com operação comercial suspensa (DTPJ: UG1 em 02/12/2011, UG2 e UG3 em 11/07/2014 – DTPP: em 06/10/2011). No momento estão em processo de avaliação quanto à desativação, devido ao término de vida útil, tecnologia obsoleta, baixíssimo rendimento e por consequência, alto custo operacional.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais unidades já estão com saldo contábil zero;

- Usina Presidente Médici (Fases A e B): necessitarão de recursos para revitalização e adequação ambiental (TAC), buscando o cumprimento dos contratos de venda de energia vinculados a elas que finalizam em 2015 e 2016. A Fase A, conforme o TAC, deverá ser desativada após 31 de dezembro de 2017. A Fase B deverá operar até 2032, estando com protocolo junto à ANEEL de renovação da concessão. Os investimentos previstos e realizados para conclusão dos projetos em curso e recuperação da potência nominal das unidades geram perspectivas de equilíbrio econômico-financeiro para a Companhia, pois determinarão uma maior disponibilidade de geração de energia;
- UTE Candiota III (Fase C): o comprometimento de parte da receita da UTE Candiota III (Fase C), previsto nos contratos de venda de energia, quando há indisponibilidade da usina pelo não atendimento ao despacho do ONS, foi o principal fator de desequilíbrio em 2014. A Companhia obteve junto a ANEEL, em 28 de janeiro de 2014 a revogação da “Clausula 14”, dos referidos Contratos estando a mesma homologada através da Resolução ANEEL 599/2014. A revisão dos parâmetros técnicos desta unidade, de modo a mitigar eventuais penalidades, já está concluída junto a ANEEL, permanecendo ações da Companhia para ter seus efeitos aplicados integralmente em 2015, o que em conjunto com a melhoria de performance já verificada, sinaliza maior equilíbrio de receita.
- Cabe ainda destacar que a Eletrobras CGTEE está tendo todo o suporte da holding para sua manutenção operacional, bem como para execução dos investimentos futuros necessários. Destaca-se, também, as tratativas para renegociação dos contratos de empréstimos e financiamentos, cuja aprovação pelo Conselho de Administração da Eletrobras ocorreu em 29/09/2014, através da DEL-106/2014, como parte integrante do Plano de Negócios da empresa.

Do montante total da dívida em março/2015, foram efetuadas as repactuações/renegociações nos parâmetros aprovados pelo Plano de Negócios e definidos pelas Resoluções Eletrobras nº 777/2014, de 24/11/2014 e 801/2014, de 08/12/2014, demonstrado da seguinte maneira:

Item	Composição da dívida em 31/03/2015	
1	RO - Repactuados	641.507
2	RO - Renegociados (Res-801/14) efetivados até Março/2015	524.946
3	RO - Renegociados (Res-801/14) pendentes	130.421
4	RO - Original	60.103
5	ECR-280/2006 - Parte 1	536.757
6	ECR-280/2006 - Parte 2	83.762
7	ECR-280A/2007	91.267
8	RGR	75.177
	<b>Total</b>	<b>2.143.940</b>

A reestruturação da dívida – exclusive RGR e Repasse (Itens 5 a 8), ocorrerão de duas formas:

- a) Mediante a rolagem e quitação de contratos de empréstimos existentes, através de concessão de repasse com recursos captados pela Eletrobras no valor de até R\$ 607.667 (seiscentos e sete milhões, seiscentos e sessenta e sete mil). A condição do repasse segue

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

os custos e prazos definidos pela Eletrobras e de acordo com a captação realizada, nas seguintes condições:

- i. Taxa de juros de 119,5% do CDI;
  - ii. Taxa de Administração de 0,5% a.a.;
  - iii. Carência até 29 de agosto/2016;
  - iv. Amortização em 72 parcelas, sendo a primeira em 30/08/2016.
- b) Mediante a rolagem e modulação em carências e prazo para amortização que fiquem adequados a capacidade pagamento da empresa conforme demonstrado no Plano de Negócios aprovado em 29 de setembro de 2014 (item 1). Com referência ao item 4, trata-se de uma operação que tem previsão de liquidação em parcela única em 2015.

## 2 Desempenho operacional (\*)

A geração total de energia elétrica da Eletrobras CGTEE no 1º Trimestre de 2015 foi de 600,579 GWh (561,230 GWh no 1º Trimestre de 2014). A geração das Fases A e B da usina Presidente Médici ficou em 160,765 GWh (111,709 GWh – 1º Trimestre de 2014). Na Fase C a geração atingiu a marca de 439,814 GWh (449,521 GWh - 1º Trimestre de 2014). Nas Usinas de São Jerônimo e NUTEPA, não houve geração neste 1º Trimestre. Houve acréscimo na geração no 1º Trimestre de 2015 de cerca de 7,01%, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos desde janeiro de 2008, e os problemas técnicos enfrentados pelas Usinas, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, evitando a exposição diante da CCEE. As aquisições de energia foram mantidas neste 1º Trimestre, prevendo a recuperação e manutenção dos índices de disponibilidade. Neste 1º Trimestre foram adquiridos 291,735 GWh em leilões de compra de energia.

Diante destas ações, a Companhia vem evitando penalidades e melhorando seu desempenho econômico devido a comparação entre o custo da energia adquirida e o valor desta energia no MCP. Lembramos que neste 1º Trimestre de 2015 o valor da energia atingiu seu maior valor (PLD Máximo), ou seja, R\$388,48/MWh.

A Disponibilidade Geral das Unidades da Eletrobras CGTEE (DISPGR) no 1º Trimestre de 2015 foi de 37,4% nas Fases A e B e de 75,4% na Fase C – Candiota III, totalizando uma disponibilidade da Eletrobras CGTEE de 51,3% (52,4% no 1º Trimestre de 2014). O DISPGR é calculado com base nos dados de TEIF e TEIP verificados pelo ONS em comparação com os dados de referência.

A disponibilidade do 1º Trimestre de 2015 ficou inferior ao mesmo período de 2014 em função da queda dos índices da UTE Presidente Médici - Fase A/B. Cabe salientar que a metodologia de cálculo dos índices de disponibilidade realizada pelo ONS sofreu modificação a partir de outubro/2014 e a UTE Candiota III (Fase C) ficou 100% do 1º trimestre de 2015 despachada por mérito de preço, ou seja, foi despachada para operar com 350 MW em todos os dias do período.

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 3 Das concessões de serviço público de energia elétrica

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW) (iii)	Data da concessão / autorização	Data de encerramento
UTE Presidente Médici (Fases A e B) (i)	446	8/7/1995	7/7/2015
UTE São Jerônimo (i)	20	8/7/1995	7/7/2015
UTE Nutepa (i)	24	8/7/1995	7/7/2015
UTE Candiota III (Fase C) (ii)	350	18/7/2006	17/7/2041

(i) Contrato de Concessão nº 067, ANEEL.

(ii) Autorização conforme Portaria MME nº 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(iii) Dados não revisados pelo auditor independente.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Esta Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013, emitido em 23 de janeiro de 2013.

A prorrogação prevista depende da aceitação expressa (Termoeletricidade) dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes na Lei, estando prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/2013, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

### 3.1 Impactos no negócio geração afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

Nos estudos da Eletrobras CGTEE, visando definir o VNR dos empreendimentos afetados, foram realizadas as devidas adaptações técnicas para cada usina, levando em conta a vida útil contábil e as respectivas taxas de depreciação conforme Manual de Patrimônio da ANEEL.

Os empreendimentos térmicos exigem, durante sua vida técnica e econômica, a realização de grandes manutenções, reformas e aprimoramentos de projetos que recuperam a sua capacidade operacional e, por consequência, estendem sua vida útil. Neste aspecto estamos realizando um largo programa de investimentos que foi iniciado em 2010, visando a recuperação da capacidade operacional da Usina Presidente Médici, com base nos seguintes pontos críticos:

- Substituição de 33 % da área de troca de calor (parede d'água) das caldeiras das unidades 3 e 4, incluindo alteração de projeto;

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Substituição total do sistema de supervisão e controle das unidades 3 e 4;
- Recuperação dos sistemas de pré-aquecimento de água de alimentação das quatro unidades, através da reforma integral de todos os trocadores de calor;
- Reforma integral da torre de refrigeração úmida, incluindo alteração de projeto;
- Implantação de sistema de amostragem contínua de água e vapor nas unidades 3 e 4, para controle da qualidade do processo;
- Aquisição de rotor de baixa pressão e componentes para uma turbina da Fase B, visando recomposição da potência nominal;
- Manutenção integral dos geradores elétricos das unidades 3 e 4;
- Aquisição de nova planta de produção de água desmineralizada;
- Substituição de válvulas de segurança das caldeiras e turbinas.

O programa acima está em fase final, restando apenas a instalação do novo rotor da turbina de baixa pressão e manutenção de gerador elétrico, e conclusão da planta de água desmineralizada. As intervenções implicam em recomposição de vida útil dos equipamentos e sistemas.

Com estes posicionamentos, e através de projeções e estudos de engenharia, a Companhia apurou o VNR das concessões afetadas pelos efeitos da Lei nº 12.783/2013, conforme comentários na nota 3.3.

No momento atual a Companhia não tem como determinar qual será sua receita bruta e líquida após a efetivação do processo de renovação das concessões por falta de regulamentação.

### 3.2 Informações e decisões da Companhia

A Companhia detém concessões de 840 MW de capacidade instalada e já manifestou interesse na renovação das concessões na data prevista em lei, 15 de outubro de 2012, através de correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em função da falta de regulamentação, a Companhia aguarda definições como valor da indenização, modelo de contrato, tarifas a serem praticadas e outros detalhes inerentes a nova formatação de negócio proposta pelo Governo.

A Companhia está se preparando para identificar com a máxima celeridade possível estudos para definir após divulgação das regras de renovação para os concessionários os seguintes pontos;

- Potenciais impactos da alocação de cotas para o Mercado Regulado (cativo-distribuidoras);
- Tributação da indenização e outros impactos tributários;
- Empréstimos e financiamentos vinculados às concessões diretamente pela Lei nº 12.783/13 e impactos nas cláusulas restritivas dos empréstimos (*covenants*);
- Passivo sócio ambiental, passivos relacionados às ações judiciais e contingências;

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Riscos não contemplados na definição da tarifa.

Estes impactos refletem diretamente a modelagem a ser utilizada para a geração termoelétrica pela falta de regulamentação.

A Companhia detém as seguintes concessões afetadas pela Lei nº 12.783/13:

<b>Ativos afetados</b>	<b>Valor residual regulatório 31/03/2015</b>	<b>Valor residual contábil 31/03/2015</b>	<b>VNR líquido 31/03/2015</b>
UTE São Jerônimo	5.188	5.188	-
UTE Nutepa	3.890	3.890	-
UTE Presidente Médici	391.404	391.404	400.146
Total afetados	400.482	400.482	400.146

<b>Ativos afetados</b>	<b>Valor residual regulatório 31/12/2014</b>	<b>Valor residual contábil 31/12/2014</b>	<b>VNR líquido 31/12/2014</b>
UTE São Jerônimo	5.383	5.383	-
UTE Nutepa	3.856	3.856	-
UTE Presidente Médici	257.143	257.143	256.257
Total afetados	266.382	266.382	256.257

Como concessão não afetada pela Lei nº 12.783/2013, a Companhia detém a autorização da UTE Candiota III (Fase C) até 2041, que, no momento, não é atingida pela alteração da legislação:

<b>Ativos não afetados</b>	<b>Valor residual regulatório 31/03/2015</b>	<b>Valor residual contábil 31/03/2015</b>	<b>VNR líquido 31/03/2015</b>
UTE Candiota III (Fase C)	1.137.620	1.137.620	Não aplicável
Total não afetados	1.137.620	1.137.620	-

<b>Ativos não afetados</b>	<b>Valor residual regulatório 31/12/2014</b>	<b>Valor residual contábil 31/12/2014</b>	<b>VNR líquido 31/12/2014</b>
UTE Candiota III (Fase C)	1.152.115	1.152.115	Não aplicável
Total não afetados	1.152.115	1.152.115	-

### 3.3 Apresentação dos impactos contábeis

A Companhia identificou como único impacto possível de mensuração, através de estudos internos, o VNR (Valor Novo de Reposição) a ser utilizado como possível de indenização conforme previsão legal e expectativa da Companhia. A Companhia apurou o impacto no ativo imobilizado em serviço e em curso, e constituiu uma provisão de R\$ 22.280, reduzindo o saldo desses ativos em 31 de dezembro de 2014. Este valor reflete a expectativa de não serem indenizadas as unidades geradoras da UTE São Jerônimo, UTE Nutepa e UTE Candiota II (Fase A) e parcela de imobilizado em curso não passível de indenização, por não caracterizar expansão ou melhoria.

Em 31 de março de 2015, não ocorreu novo provisionamento, pois a Administração não identificou uma indicação de que o valor recuperável tivesse reduzido significativamente. Nos quadros abaixo, a Companhia apresenta o resumo relativo ao impacto contábil em 31 de dezembro de 2014 e uma projeção do impacto em 31 de março de 2015:

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Imobilizado em serviço em 31/03/2015

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	9.628	-	(9.628)
Candiota II (Fase B)	381.776	400.146	-
São Jerônimo	5.189	-	(5.189)
Nutepa	3.890	-	(3.890)
Subtotal	<u>400.483</u>	<u>400.146</u>	<u>(18.707)</u>

### Imobilizado em curso em 31/03/2015

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	3.413	-	(3.413)
Candiota II (Fase B)	42.802	42.802	-
São Jerônimo	-	-	-
Nutepa	-	-	-
Subtotal	<u>46.215</u>	<u>42.802</u>	<u>(3.413)</u>

**Total** 446.698 442.948 (22.120)

### Imobilizado em serviço em 31/12/2014

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	9.628	-	(9.628)
Candiota II (Fase B)	247.515	256.257	-
São Jerônimo	5.383	-	(5.383)
Nutepa	3.856	-	(3.856)
Subtotal	<u>266.382</u>	<u>256.257</u>	<u>(18.867)</u>

### Imobilizado em curso em 31/12/2014

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	3.413	-	(3.413)
Candiota II (Fase B)	168.465	168.465	-
São Jerônimo	-	-	-
Nutepa	-	-	-
Subtotal	<u>171.878</u>	<u>168.465</u>	<u>(3.413)</u>

**Total** 438.260 424.722 (22.280)

Em 31 de dezembro de 2012, período no qual a Companhia manifestou interesse na renovação das concessões, o valor residual do ativo imobilizado em serviço, incluindo o ativo imobilizado em curso, líquido de ajustes de *impairment* e do Valor Novo de Reposição – VNR, correspondia a R\$ 356.937.

## 4 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

### 4.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os demais pronunciamentos,

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes em 31 de março de 2015.

### 4.2 Demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil – CPC 21 “Demonstrações intermediárias”.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2014, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 17 de abril de 2015. As demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As presentes demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 08 de maio de 2015.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	28.699	7.709
Aplicações financeiras	-	18.008
<b>Total</b>	<b><u>28.699</u></b>	<b><u>25.717</u></b>

### 6 Clientes

A Companhia comercializa em leilões a energia elétrica produzida. A composição, por vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/03/2015</u>
Suprimento de energia	40.348	104	2.812	43.264
<b>Total</b>	<b><u>40.348</u></b>	<b><u>104</u></b>	<b><u>2.812</u></b>	<b><u>43.264</u></b>

O saldo de clientes é o valor justo por representar o valor pelo qual a geração de energia da Companhia foi negociada via leilões e dentro dos regramentos contratuais da CCEE, e será liquidado entre partes interessadas com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

O saldo não teve ajuste a valor presente por representar efetivamente o montante a ser recebido, e não contém índices ou taxas de desconto para pagamentos antecipados.

Os contratos de suprimento de energia são dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos tomadas junto a Eletrobras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 7 Tributos a recuperar

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRPJ/CSLL a recuperar	135	288
IR retido na fonte	187	173
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - regime não cumulativo (ii)	2.500	2.529
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - inconstitucionalidade Lei 9718/98 (iii)	633	626
ICMS a recuperar (iv)	1.385	-
Outros	250	244
<b>Total Circulante</b>	<b>5.090</b>	<b>3.860</b>
ICMS a recuperar (iv)	27.834	27.834
<b>Total Não Circulante</b>	<b>27.834</b>	<b>27.834</b>
<b>Total</b>	<b>32.924</b>	<b>31.694</b>

### (i) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 11.196/05, art. 109

A Companhia vinha apurando pela sistemática não cumulativa as contribuições para o Programa de Integração Social – PIS/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, no período de dezembro de 2002 até fevereiro de 2006 e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no período de fevereiro de 2004 até fevereiro de 2006, ambas incidentes sobre a receita oriunda dos contratos iniciais com as concessionárias RGE, AES SUL e CEEE com alíquotas de 1,65% (PIS-PASEP) e 7,6% (COFINS), com base na interpretação introduzida pela IN SRF nº 468, de 8 de novembro de 2004, e depois pela IN SRF nº 658, de 4 de julho de 2006, que revogou a anterior. Tal interpretação definiu o conceito de preço predeterminado, utilizado na Lei nº 10.833/2003, art. 10, inciso XI, alíneas "b" e "c", estabelecendo os parâmetros para determinar a forma de tributação da principal receita da Companhia.

Através da edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, ocorreu nova interpretação do conceito de preço predeterminado, fazendo com que a Companhia passasse a apurar as contribuições ao PIS-PASEP e COFINS pela sistemática cumulativa e, conseqüentemente, com alíquotas de 0,65% (PIS-PASEP) e 3% (COFINS).

Como resultado da revisão das bases de cálculo das apurações do PIS-PASEP e COFINS, para os períodos em que a Companhia recolheu estas contribuições pelo regime não cumulativo, foram detectados pagamentos a maior no valor de R\$ 14.042, representado por créditos de R\$ 14.828 (valores pagos a maior), e débitos de R\$ 786 (valores pagos a menor).

Estes valores estavam sendo utilizados na compensação de débitos de tributos federais.

Em função do procedimento de fiscalização pela Secretaria da Receita Federal, não foi possível durante o exercício de 2007 fazer todas as retificações das declarações necessárias. Com isso, a Companhia ficou impossibilitada de fazer os recolhimentos dos débitos e a utilização dos créditos, mantendo a atualização dos valores. No segundo e terceiro trimestres de 2008, a Companhia procedeu às retificações das declarações para o período de abril de 2003 a fevereiro de 2006, com exceção dos meses de novembro e dezembro de 2004, janeiro, março, abril, maio, junho e julho de 2005.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Como resultado do procedimento mencionado no parágrafo acima foi lavrado auto de infração conforme descrito na Nota 18 (c) Auto de infração nº 11080.722655/2010/96, assumindo a defesa tanto do auto de infração como da busca de recuperação desses créditos, objeto desta nota, os consultores jurídicos Advogados Meyer, Sendacz e Opice Advogados.

A Companhia aguarda julgamento por parte da Receita Federal do Pedido Administrativo solicitando a utilização dos créditos, em razão da impossibilidade da execução via internet, em função dos pagamentos terem sido executados via pedido de compensação (PERDCOMP).

Na opinião de nossos consultores a possibilidade de êxito desse pedido é possível. Importante frisar que no auto de infração que foi entrave ao processo de restituição, conforme comentário acima, teve decisão favorável ao pleito da Eletrobras CGTEE. Enquanto a Companhia aguardava a lavratura do Acórdão, em 18 de junho de 2014 houve interposição de recurso especial pela Fazenda Nacional. A Companhia aguarda a análise de admissibilidade desse recurso. Diante desta nova condição, a administração da Companhia passou a considerar estes créditos como ativo contingente, e realizou baixa no valor de R\$ 8.262 (principal e atualizações) até a manifestação final sobre o tema.

### (ii) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 10.833/2003 art. 3º - regime não cumulativo

A Companhia poderá descontar créditos calculados em relação a:

- Bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos;
- Energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- Aluguéis de prédios máquinas e equipamentos, utilizados nas atividades da empresa;
- Encargos de depreciação e amortização.

A Companhia está, mensalmente, tomando crédito dessas despesas no momento da apuração do PIS/COFINS.

O saldo de R\$ 2.500 em 31 de março de 2015 (R\$ 2.529 em 31 de dezembro de 2014) são créditos de PIS/COFINS apurados em períodos anteriores e do próprio mês, os quais foram reconhecidos contabilmente pela Companhia, e que em função da diminuição da receita de energia dos contratos da Fase C, não foram aproveitados até momento, mas com previsão de utilização nos próximos meses.

### (iii) PIS-PASEP/COFINS a recuperar – inconstitucionalidade Lei 9.718/98

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo nº 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

Em 1º de outubro de 2008, houve o julgamento de procedência da ação ordinária nº 2007.71.00.048592-4 na 2a. Vara Federal Tributária de Porto Alegre - RS ajuizada contra a União Federal na Justiça Federal, na qual a União Federal foi condenada a restituir à Companhia os valores recolhidos indevidamente no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, em relação ao PIS

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(R\$ 1.552), e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, em relação à COFINS (R\$ 10.745), totalizando R\$ 12.297, que deverão ser atualizados pela taxa SELIC, desde a data de cada recolhimento indevido.

Todavia, a União apelou, a Companhia apresentou contrarrazões, e o processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal para julgamento. A apelação foi julgada parcialmente procedente, entendendo que são repetíveis somente as parcelas pagas posteriormente a 08 de julho de 2000. As partes opuseram embargos de declaração, os quais foram acolhidos parcialmente para fins de prequestionamento. Após, as partes apresentaram recursos especiais e extraordinários, não sendo admitidos os recursos especial e extraordinário da União, sendo admitido o recurso especial da Eletrobras CGTEE e sobrestado o recurso extraordinário da Eletrobras CGTEE até decisão definitiva do STF acerca da matéria.

Negado seguimento ao recurso extraordinário da Companhia em decisão transitada em julgado, a Companhia apresentou pedido de habilitação de crédito junto à Receita Federal para compensação tributária (Processos nºs 11080.729739/2013-01 – PIS e 11080.729740/2013-28 – COFINS). Na data de 29 de outubro de 2013, o pedido foi deferido pela Delegacia da Receita Federal, nos termos da IN RFB nº 1.300/2012, autorizando a Companhia a utilizar o crédito referente ao PIS, no montante de R\$ 2.728, e à COFINS, no valor de R\$ 20.124, atualizados até novembro de 2013, por meio de transmissão da Declaração de Compensação, gerada a partir do Programa PER/DCOMP.

Até 31 de março de 2015, o crédito da COFINS teve a seguinte movimentação:

Valor atualizado do crédito - Novembro/2013	Atualização do crédito até Março/2015	Valores compensados por PER/DCOMP - Novembro/2013 à Março/2015	Saldo disponível - Março/2015
R\$ 20.124	R\$ 270	R\$ 20.055	R\$ 339

E o crédito do PIS foi assim movimentado até 31 de março de 2015:

Valor atualizado do crédito - Novembro/2013	Atualização do crédito até Março/2015	Valores compensados por PER/DCOMP - Novembro/2013 à Março/2015	Saldo disponível - Março/2015
R\$ 2.728	R\$ 70	R\$ 2.504	R\$ 294

### (iv) ICMS a recuperar

Os créditos fiscais de ICMS no ativo não circulante, no valor de R\$ 27.834 em 31 de março de 2015 (R\$ 27.834 em 31 de dezembro de 2014), originaram-se, principalmente, das operações de compra de cal e outros insumos utilizados no processo produtivo. Atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de equipamentos, aquisição de cal do Uruguai e de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela administração da Companhia na realização dos referidos créditos. No acumulado até 31 de março de 2015, a Companhia utilizou R\$ 159 para a compensação em recolhimentos de ICMS referentes a importação de equipamentos para UTE Candiota III – Fase C e importação de cal utilizado no dessulfurizador da UTE Candiota III - Fase C.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabe destacar que a integralidade, dos créditos registrados nesta rubrica, está validada junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para futura compensação.

### 8 Direito de ressarcimento – CCC / CDE

Esta rubrica é composta pelos valores a receber da Eletrobras decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, e também, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 129/2004.

O saldo tem a seguinte composição:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CCC UTE Candiota III - Fase C	41.155	34.917
CDE UTE Candiota II – Fases A e B	57.035	27.429
<b>Total</b>	<b><u>98.190</u></b>	<b><u>62.346</u></b>

### 9 Almoxarifado

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Material de consumo	25.156	25.385
Combustíveis	1.330	27.749
<b>Total Circulante</b>	<b><u>26.486</u></b>	<b><u>53.134</u></b>
Combustíveis	117.251	105.778
<b>Total Não Circulante</b>	<b><u>117.251</u></b>	<b><u>105.778</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>143.737</u></b>	<b><u>158.912</u></b>

Em 31 de março de 2015, a Companhia previu que consumirá somente o estoque de combustíveis consignado à CCC/CDE no curto prazo. Assim, o estoque adicional de combustíveis, de propriedade da Companhia, foi classificado como ativo não circulante.

Os demais estoques da Companhia são de peças, componentes, materiais de consumo e insumos utilizados no processo de geração de energia. Têm características de não obsolescência em função de que os equipamentos ou processos em que serão utilizados continuam em operação. Estão valorados pelos custo médio de aquisição.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 10 Imobilizado

O saldo foi assim movimentado no exercício:

	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências curso/serviço	31/3/2015
Em serviço	3.482.355	-	(163)	2.592	3.484.784
Depreciação	(1.927.734)	(20.646)	162	13	(1.948.205)
Em curso	68.914	10.754	-	(2.585)	77.083
<b>Total Geração</b>	<b>1.623.535</b>	<b>(9.892)</b>	<b>(1)</b>	<b>20</b>	<b>1.613.662</b>
Em serviço	14.406	-	(39)	33	14.400
Depreciação	(8.305)	(251)	38	(13)	(8.531)
Em curso	-	40	-	(40)	-
<b>Total Administração</b>	<b>6.101</b>	<b>(211)</b>	<b>(1)</b>	<b>(20)</b>	<b>5.869</b>
<i>Impairment</i>	(35.412)	-	-	-	(35.412)
Perdas com a lei 12.783/13	(22.280)	-	-	-	(22.280)
<b>Total Provisões</b>	<b>(57.692)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(57.692)</b>
<b>Total</b>	<b>1.571.944</b>	<b>(10.103)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>1.561.839</b>

Em 2014, o saldo foi assim movimentado:

	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências curso/serviço	31/3/2014
Em serviço	3.368.731	-	(270)	-	3.368.461
Depreciação	(1.879.441)	(19.522)	263	-	(1.898.700)
Em curso	221.447	2.082	-	-	223.529
<b>Total Geração</b>	<b>1.710.737</b>	<b>(17.440)</b>	<b>(7)</b>	<b>-</b>	<b>1.693.290</b>
Em serviço	13.565	-	(195)	-	13.370
Depreciação	(7.835)	(295)	193	-	(7.937)
Em curso	-	192	-	-	192
<b>Total Administração</b>	<b>5.730</b>	<b>(103)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>5.625</b>
<i>Impairment</i>	(122.707)	-	-	-	(122.707)
Perdas com a lei 12.783/13	(22.853)	-	-	-	(22.853)
<b>Total Provisões</b>	<b>(145.560)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(145.560)</b>
<b>Total</b>	<b>1.570.907</b>	<b>(17.543)</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>1.553.355</b>

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Candiota III - Fase C, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e, portanto, não está sujeito à indenização quando do término do prazo de concessão.

Sobre os ativos operacionais das usinas da Companhia não pairam garantias fiduciárias ou judiciais

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em 31 de março de 2015.

A Companhia revisou seu critérios de atualização dos Adiantamentos feitos em US\$, registrados em pagamentos realizados junto a *CITIC Internacional Contracting* e suas subsidiárias, EPC que construiu a UTE Candiota III (Fase C), que aguardam a internalização de DI's ainda não desembaraçadas junto a Secretária da Receita Federal.

As taxas de depreciação aplicadas em 31 de março de 2015 são as definidas pela resolução normativa ANEEL nº 474/2012, e estão demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2015 e 2014</u>
<b>Geração</b>	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento ciclo térmico	4,55%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Edificações - casa de força	2,00%
Edificações - outras	3,33%
Máquinas e equipamentos	2,00 a 6,67%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina a vapor	4,00%
Veículos	14,29%
<b>Administração</b>	
Máquinas e equipamentos	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

## 11 Intangível

Em 31 de março de 2015, o ativo intangível apresentou a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/3/2015</u>
<b>Em serviço</b>			
Custo	13.786	-	13.786
Amortização	(11.472)	(149)	(11.621)
<b>Total</b>	<u>2.314</u>	<u>(149)</u>	<u>2.165</u>

Em 2014, o saldo foi assim movimentado:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>31/3/2014</u>
<b>Em serviço</b>			
Custo	12.776	-	12.776
Amortização	(11.056)	(100)	(11.156)
<b>Total</b>	<u>1.720</u>	<u>(100)</u>	<u>1.620</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de ativos intangíveis em serviço, bem como o das adições do exercício, refere-se a aquisições de direito de uso de *softwares*.

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia é a prevista no MCPSE, aprovado pela Resolução ANEEL nº 367/2009, relativa ao Tipo de Bem - TIB 205, item 205.01 (Direito), 205.02 (Marca) e 205.03 (Patente) - 20% ao ano.

### 12 Fornecedores

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Materiais e serviços	31.233	9.917
Suprimento de energia elétrica (a)	207.448	229.636
Encargos de uso da rede elétrica	4.591	3.535
Aquisição de combustíveis (b)	49.177	21.287
<b>Total circulante</b>	<b>292.449</b>	<b>264.375</b>
Aquisição de combustíveis (b)	21.284	21.284
<b>Total não circulante</b>	<b>21.284</b>	<b>21.284</b>
<b>Total</b>	<b>313.733</b>	<b>285.659</b>

#### (a) Suprimento de energia elétrica

O saldo é composto das aquisições de energia elétrica para revenda a liquidar, das estimativas de exposição da Companhia na CCEE, e da provisão para ressarcimento às distribuidoras quando a geração de energia, pela Companhia, não for suficiente para cumprir os contratos.

#### (b) Aquisição de combustíveis

O aumento do saldo de fornecedor com a aquisição de combustíveis deu-se principalmente pela renegociação de quantidades e valores efetuada com a Companhia Riograndense de Mineração - CRM. A Eletrobras CGTEE renegociou junto a CRM, o pagamento e a entrega de duzentas mil toneladas anuais de carvão a serem recebidas pela Companhia durante 10 anos, com pagamento em parcelas anuais, também durante o mesmo período.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 13 Financiamentos e empréstimos

### 13.1 Composição

	31/3/2015				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>					
Eletrobras	14.651	231.654	246.305	1.897.635	2.143.940
<b>Total Moeda nacional</b>	<b>14.651</b>	<b>231.654</b>	<b>246.305</b>	<b>1.897.635</b>	<b>2.143.940</b>
<b>Total</b>	<b>14.651</b>	<b>231.654</b>	<b>246.305</b>	<b>1.897.635</b>	<b>2.143.940</b>

	31/12/2014				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>					
Eletrobras	596	223.722	224.318	1.830.496	2.054.814
<b>Total Moeda nacional</b>	<b>596</b>	<b>223.722</b>	<b>224.318</b>	<b>1.830.496</b>	<b>2.054.814</b>
<b>Total</b>	<b>596</b>	<b>223.722</b>	<b>224.318</b>	<b>1.830.496</b>	<b>2.054.814</b>

Os financiamentos e empréstimos existentes foram tomados, em sua totalidade, junto à Eletrobras, e se destinaram a viabilizar a construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a Companhia necessitou nos últimos exercícios.

Os financiamentos e empréstimos não geram gravames sobre os bens patrimoniais da Companhia. As garantias oferecidas são constituídas sobre os contratos de suprimento de energia mantidos com as distribuidoras.

### 13.2 Composição dos saldos por indexador

	<u>31/3/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Selic	832.032	810.733
IPCA	711.786	681.648
Juros contratuais	600.122	562.433
<b>Total</b>	<b><u>2.143.940</u></b>	<b><u>2.054.814</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 13.3 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	167.849	183.573
2017	203.653	204.512
2018	197.806	198.665
2019	195.311	196.171
Após 2019	1.133.016	1.047.575
<b>Total Não Circulante</b>	<b><u>1.897.635</u></b>	<b><u>1.830.496</u></b>

## 13.4 Movimentação dos financiamentos e empréstimos

<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b><u>2.054.814</u></b>
Ingressos	35.629
Encargos	68.446
(-) Amortizações do principal	(7.957)
(-) Amortizações dos encargos	(6.992)
<b>Saldo em 31/03/2015</b>	<b><u>2.143.940</u></b>

<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b><u>1.575.972</u></b>
Ingressos	95.789
Encargos	38.137
(-) Amortizações do principal	(9.879)
(-) Amortizações dos encargos	(8.602)
<b>Saldo em 31/03/2014</b>	<b><u>1.691.417</u></b>

## 14 Tributos e contribuições sociais a recolher

	<u>31/3/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
PIS/PASEP	161	210
COFINS	742	968
ISS de terceiros	234	228
IRPJ, CSLL, PIS/PASEP/COFINS de terceiros	21.474	10.551
INSS	2.279	2.115
SENAI/SESI	16	38
FGTS	390	13
<b>Total</b>	<b><u>25.296</u></b>	<b><u>14.123</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 15 Encargos setoriais

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
RGR	2.442	1.687
TFSEE	189	176
<b>Total</b>	<b><u>2.631</u></b>	<b><u>1.863</u></b>

A Companhia recolhe, por determinação da ANEEL, cotas da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

A TFSEE e a RGR são apropriadas e recolhidas mensalmente, com valores estipulados pela ANEEL.

## 16 Obrigações estimadas

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Folha de Pagamento	3.795	4.157
Encargos - Folha de pagamento	1.288	2.125
Provisão de férias	1.651	3.936
Provisão gratificação de férias	178	626
Provisão de 13º salário	934	2
INSS s/ provisão de férias e 13º salário	1.046	1.911
FGTS s/ provisão de férias e 13º salário	263	476
<b>Circulante</b>	<b><u>9.155</u></b>	<b><u>13.233</u></b>

## 17 Provisão para contingências

Em 31 de março de 2015, o passivo contingente teve a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/03/2015</u>
Trabalhistas (a)	18.451	1.225	19.676
Cíveis (b)	19.493	4.152	23.645
<b>Subtotal</b>	<b><u>37.944</u></b>	<b><u>5.377</u></b>	<b><u>43.321</u></b>
(-) Depósitos recursais compensáveis	(5.862)	(288)	(6.150)
<b>Total</b>	<b><u>32.082</u></b>	<b><u>5.089</u></b>	<b><u>37.171</u></b>

Os depósitos recursais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamações ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## (a) Contingências trabalhistas

### Contingências prováveis

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 19.676 em 31 de Março de 2015 (R\$ 18.451 em 31 de dezembro de 2014) para cobrir as causas judiciais com risco de perdas prováveis. A Companhia realizou depósitos recursais no valor de R\$ 6.150 em 31 de Março de 2015 (R\$ 5.862 em 31 de dezembro de 2014) para processos que possuem provisões contábeis.

### Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais em diversos processos trabalhistas, para garantir a continuidade da discussão dos litígios.

Demonstramos estes valores no quadro abaixo:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Depósitos judiciais	6.484	6.653
<b>Total</b>	<b><u>6.484</u></b>	<b><u>6.653</u></b>

### Contingências possíveis

Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não existem processos trabalhistas classificados como de perda possível.

## (b) Contingências cíveis

### Contingências prováveis

As contingências cíveis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores. A assessoria jurídica da Companhia estima, como perda provável, o saldo de R\$23.645 em 31 de março de 2015 (R\$19.493 em 31 de dezembro de 2014). Deste total, destaca-se a ação de autoria da CEEE-D para cobrança de valores contestados na data de transferência (1998/1999) da CGTEE para a Eletrobras. Em 31 de março de 2015, a perda provisionada para esta ação é de R\$ 22.621 (R\$ 18.468 em 31 de dezembro de 2014).

### Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos cíveis que totalizam R\$ 90.549 em 31 de março de 2015 (R\$ 92.342 em 31 de dezembro de 2014), não provisionados.

### Processo 001/1.13.0298211-8

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual alega erro ocorrido no edital de licitação lançado em 2010, cobrando todos os prejuízos ocasionados à empresa como valores não previstos na tabela de preços, prejuízos financeiros, danos morais, etc. A Companhia apresentou defesa sustentando a legalidade do edital, contrato e mais de 7 termos aditivos firmados, execução dos serviços por cerca de 36 meses sem qualquer impugnação. Atualmente o processo está na fase probatória, com valor estimado em R\$ 28.952, não provisionados.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **Processo 001/1.14.0039179-3**

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual reclama valores glosados decorrentes de penalidades por descumprimentos parciais do contrato e valores que foram penhorados na Justiça Trabalhista. A Companhia apresentou defesa no sentido de sustentar a legalidade das penalidades aplicadas, decorrentes de cláusulas contratuais, bem como o cumprimento de decisão judicial para depósito de valores penhorados pela Justiça Trabalhista. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$ 3.598, não provisionados.

### **Processo 001/1.14.0060829-6**

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual solicita a nulidade de penalidade aplicada decorrente de inexecução total do contrato, com a liberação da garantia contratual oferecida. A Companhia está elaborando defesa sustentando a legalidade da penalidade aplicada. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$ 4.638, não provisionados.

### **Processo 2-12 0 236/12**

Ajuizado pelo Banco KFW na Justiça Alemã, cobrando os avais passados pela Eletrobras CGTEE. A Companhia contratou um escritório alemão Noerr para representá-la. A Companhia apresentou defesa e, em 17/04/2014, foi realizada audiência. O valor estimado do processo é de R\$ 53.361, não provisionados.

### **Ação ordinária 2009.71.00.013550-8**

Partes adversas: (i) CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE; (ii) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL;

Objeto: Declaração de nulidade da cobrança de percentual maior de 2% nas penalidades de insuficiência de lastro contratual aplicadas; - Vara de origem: 4ª Vara Cível Federal; - Situação: nosso recurso de apelação foi recebido no duplo efeito, mas sem ser restabelecida a antecipação de tutela. Propusemos a Ação Cautelar nº 0000091-19.2015.404.0000 perante o TRF4, na qual se obteve liminar suspendendo a exigibilidade da multa pela CCEE e estabelecendo multa diária caso esta última descumpra a decisão. Valor da causa: R\$ 1.496.105,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta reais). Estima-se que o valor das penalidades supere R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões) não atualizados.

Através do e-mail de 09/04/2015, o representante do DFC informou que, em 14.01.2015, a CGTEE efetuou o pagamento de R\$ 37.709 em cumprimento à decisão judicial desta ação, e consequentemente foi efetuada a baixa da provisão desta causa. Para tanto, o DFC encaminhou cópia do Memorando DTPE-016/2015 de 12/01/2015, contendo anexos, emitido pelo Chefe do DTPE ao Diretor Financeiro, cujo assunto era a aplicação de penalidade da CCEE e o cumprimento da decisão judicial.

Nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA Nº 2009.71.00.013550-8 (RS) que tramita perante a 4ª Vara Federal de Porto Alegre e que tem como partes adversas: (i) CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE; e (ii) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL; cujo objeto é a Declaração de nulidade da cobrança de percentual maior de 2% nas penalidades de insuficiência de lastro contratual aplicadas, foi proferida sentença de extinção do feito sem resolução de mérito, e, como decorrência, o Juízo revogou a antecipação dos efeitos da tutela, razão pela qual o nosso recurso de apelação foi recebido no duplo efeito (devolutivo e suspensivo).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Nesse interim, a fim de restabelecer a medida liminar, foi proposta, perante o TRF/4ª Região a Ação Cautelar nº 0000091-19.2015.404.0000, na qual, em um segundo despacho a relatora reconsiderou a sua posição inicial, que havia indeferido o pedido de antecipação de tutela para, liminarmente suspender a exigibilidade da multa pela CCEE e estabelecendo multa diária caso esta última descumpra a decisão; revigorando, dessa forma, a liminar originalmente concedida.

Em razão dessa discussão posta na ação cautelar, que atualmente já se encontra para inclusão em pauta de julgamento, os valores objeto de compensação/pagamento, poderão retornar à CGTEE, por força de medida liminar.

Segundo o escritório responsável, SCHMIDT CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de Êxito/Risco de Perda é possível.

### **Ação ordinária 2009.71.00.021990-0**

Partes adversas: (i) CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE; (ii) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL;

Objeto: Declaração de ilegalidade da desproporcionalidade e ilegalidade da penalidade e atraso pela instalação do sistema de faturamento SMF; - Vara de origem: 4ª Vara Cível Federal; -Tribunal Regional Federal: Apelação n.º 5014189-37.2010.404.7100/TRF; - Situação: Nosso recurso de apelação foi improvido, e os recursos adesivos da ANEEL e da CCEE parcialmente providos para majorar a verba honorária para 1% do valor da causa (este constante como R\$ 1.110.000,00) a ser atualizado. Recorremos da decisão. O processo ficou suspenso até 20/01/2015 em razão do recesso judicial e ainda aguarda a admissibilidade do recurso será analisada previamente à remessa ao Superior Tribunal de Justiça; - Valor Estimado: R\$1.110,000,00 (um milhão, cento e dez mil reais) – o valor é atualizado pela CCEE e pode ser executado a partir do trânsito em julgado do sentença de primeiro grau. É possível que a ANEEL determine aplicação contínua de penalidades e que o valor supere o montante inicial, pois a infração será continuada no tempo, isto é, a CGTEE continuará incorrendo no fato gerador se não implementar o sistema de faturamento conforme determinações regulatórias setoriais vigentes. Segundo o escritório responsável, SCHMIDT CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de Êxito/Risco de Perda é possível.

### **Ação ordinária 5069345-68.2014.404.7100**

Parte adversa: (i) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL;

Objeto: cobrança de valores exigidos pelo ressarcimento por geração abaixo da inflexibilidade decorrentes da aplicação da cláusula 14 dos contratos (CCEAR) celebrados pela CGTEE tendo em vista o empreendimento Candiota 3; - Vara de origem: 2ª Vara Cível Federal; - Situação: Concluso com o juiz Francisco Donizete Gomes para análise da contestação da ANEEL e da nossa réplica; - Valor Estimado: R\$ 85.688.865,56 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos); Segundo o escritório responsável, SCHMIDT CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de Êxito/Risco de Perda é possível.

### **Ação ordinária 5000593-10.2015.404.7100**

Partes adversas: (i) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL; (ii) OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELETRICO – ONS (RÉUS). Sendo a Eletrobras CGTEE a autora.

Objeto: aproveitamento, também econômico, da redução da garantia física do empreendimento CandiotaIII (FASEC), inclusive para fins do despacho do ONS; - Vara de origem: 2ª Vara Cível Federal; - Situação: Autos com a juíza substituta Paula Beck Bohn para análise da inicial e do pedido de antecipação de tutela; - Valor da Demanda: R\$154.295. Segundo o escritório responsável,

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

SCHMIDT CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de Êxito/Risco de Perda é possível.

### **(c) Contingências tributárias**

#### **Contingências prováveis**

Não há processos pendentes com probabilidade provável de perda em 31 de março de 2015.

Em relação aos autos de infração em trâmite na Receita Federal (11050.720140/2011-90, 11050.720150/2011-25, 11050.720129/2011-20, 11050.720231/2011-25, 11050.720435/2011-66, 11050.720343/2011-86), oriundos do desembaraço aduaneiro de peças e equipamentos para a construção da Contadiota III (Fase C), conforme informado pelo escritório Franceschini Advogados, a possibilidade de perda na esfera administrativa é provável, considerando que o julgamento é realizado por autoridade do mesmo órgão que emitiu os Autos de Infração objeto das impugnações apresentadas. Não obstante, na hipótese de a Companhia não lograr êxito na esfera administrativa, ela ingressará judicialmente para discutir a tese objeto das defesas atualmente em trâmite na Receita Federal, hipótese em que a possibilidade de perda é possível.

#### **Contingências possíveis**

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte ré em processos fiscais que totalizam R\$ 23.181 em 31 de março de 2015 (R\$ 47.284 em 31 de dezembro de 2014), não provisionados.

#### **Auto de infração nº 11080.722655/2010/96**

A Companhia através do Auto de Infração nº 11080.722655/2010/96, de 30 de julho de 2010, foi autuada em R\$ 15.695 com relação à apuração das contribuições do PIS/COFINS sobre os contratos de fornecimento de energia com preço predeterminado. Atualmente, aguarda-se análise de admissibilidade do Recurso Especial da Fazenda.

A Companhia apresentou impugnação através dos Advogados Meyer, Sendacz e Opice Advogados, sendo entendimento do referido escritório que a probabilidade de perda é possível.

#### **Pedido de Restituição nº 11080.003212/2009-69**

Trata-se de pedido apresentado em 2009 à Receita Federal de restituição de valores recolhidos a maior a título de contribuições ao PIS e à COFINS, sob o regime não-cumulativo, nas alíquotas de 1,65% e 7,6%, enquanto a companhia deveria ter recolhido as contribuições sob regime cumulativo (PIS - 0,65% e COFINS - 3%). Ao apreciar a Manifestação de Inconformidade a Receita Federal segregou a discussão, passando a analisar cada PER/DCOMP ou grupo de PER/DCOMPs, gerando além desse processo, outros processos administrativos. O valor da causa são R\$ 7.486. De acordo com o Escritório Machado Meyer, Sendacz e Opice Advogados, a probabilidade de perda é possível.

### **(d) Questões ambientais (\*)**

#### **Usina termelétrica Presidente Médici**

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre a Eletrobras CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e União, por intermédio da Advocacia Geral da União, para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota - RS. O TAC inicialmente previa uma série de obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de agosto de 2014.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 16 de agosto de 2013, foi celebrado o Primeiro Aditamento ao TAC, que prevê obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de dezembro de 2017. Após a conclusão do TAC, espera-se a renovação pelo IBAMA da licença de operação da Usina Termelétrica Presidente Médici.

O TAC é gerenciado através de um portfólio de projetos e programas, nos quais as suas cláusulas foram agrupadas. Dentre os compromissos assumidos pela Eletrobras CGTEE, destaca-se a conclusão da modernização e da ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar, da qualidade das águas de chuva e das condições meteorológicas.

Do valor total estimado de R\$ 241.835, conforme acompanhamento financeiro até 31 de março de 2015, a realização foi de R\$ 51.826, sendo R\$ 34.141 alocados como investimento, e R\$ 17.685 alocados como custeio.

A Eletrobras CGTEE instaurou o processo para contratação através de dispensa de licitação do sistema de abatimento de material particulado e SO<sub>2</sub> na Fase B, que reduzirá as emissões atmosféricas da usina no meio ambiente. Em 04 de dezembro de 2014 foram encaminhadas correspondências a potenciais fornecedores solicitando o envio de proposta técnico-comercial. As propostas foram recebidas em 16/01/2015. Após as etapas de julgamento dos documentos de habilitação e análises de recursos, a Comissão Especial de Licitações (CEL) concluiu pela habilitação de uma única empresa. A proposta comercial está sendo analisada pela CEL, e encontra-se em fase de diligências.

Conforme estimativa inicial (de 2011 a 2017), os valores envolvidos para os programas e projetos relacionados ao TAC, são os seguintes:

PROGRAMA / PROJETO	TÍTULO	ESTIMADO 2011 a 2017 (em Reais)	SITUAÇÃO ATUAL
Projeto 01	Adequação ambiental Fase A	184.975.725,00	Instaurado processo para aquisição por dispensa de licitação
Projeto 02	Adequação ambiental Fase B	1.000.000,00	Plano de descomissionamento encaminhado ao IBAMA
Projeto 03	Pavimentação das bacias de sedimentação	6.000.000,00	Concluído
Programa 04	Rede de monitoramento	5.048.463,00	Em execução
Projeto 05	Modelagem de dispersão de gases na atmosfera	700.904,00	Concluído
Projeto 06.01	Medidas compensatórias (revegetação de 1.000 ha)	6.750.000,00	Concluído
Projeto 06.02	Medidas compensatórias (revegetação de 240.000 mudas)	2.650.000,00	Concluído
Projeto 06.03	Medidas compensatórias (Centro Cultural Candiota I)	7.750.000,00	Concluída a obra. Em execução a aquisição parcial do mobiliário
Programa 07	Programa de comunicação social	6.950.000,00	Em execução
Programa 08	Monitoramento de ruídos, gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes	5.965.663,00	Em execução
Programa 09	Monitoramento contínuo das emissões atmosféricas das chaminés (Fases A e B)	1.415.232,00	Em execução
Programa 10	Programa de operação das Fases A e B	-	Em execução
Projeto 11	Sistema de recirculação de efluentes líquidos	163.105,00	Concluído
Projeto 12	projeto piloto beneficiamento de carvão (contrato CRM)	-	Concluído
Programa 13	Estudos relativos à saúde da população (convênios CEVS)	1.200.000,00	Concluído (Estudo independente)
Projeto 14.01	Multa (cláusula vigésima oitava do TAC)	11.265.908,00	Concluído
<b>Total dos programas / projetos</b>		<b>241.835.000,00</b>	

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

## 18 Benefícios pós-emprego

### 18.1 Plano de previdência complementar

A Companhia mantém um programa de benefícios previdenciários pós-emprego, complementar ao programa da Previdência Social, administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, da qual é patrocinadora por contrato de adesão não solidário.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Fundação ELETROCEEE é uma entidade fechada de previdência complementar de característica multipatrocinada, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários.

O plano de suplementação (Plano Único) é do tipo "benefício definido", com regime financeiro de capitalização, em que contribuem a Companhia e o empregado. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia. Os benefícios garantidos pelo programa são os seguintes: suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, pecúlio, suplementação de pensão, auxílio reclusão, auxílio doença e complementação do abono anual.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Fundação ELETROCEEE.

Para o atendimento do CPC 33 - "Benefícios a Empregados", o plano é avaliado anualmente por atuário independente contratado. A última avaliação ocorreu para a posição de 31 de dezembro de 2014, e seus efeitos estão relatados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2014.

### 18.2 Programa de incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia, em conjunto com a Eletrobras, aplicou, em 2013, um programa de incentivo a desligamento de pessoal – PID para seus colaboradores, do qual resta quitar as seguintes obrigações:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Programa de incentivo ao desligamento - PID 2013	148	1.009
Plano de Saúde para empregados - PID 2013	479	581
<b>Total Circulante</b>	<b>627</b>	<b>1.590</b>
Plano de Saúde para empregados - PID 2013	1.614	1.614
<b>Total Não Circulante</b>	<b>1.614</b>	<b>1.614</b>
<b>Total</b>	<b>2.241</b>	<b>3.204</b>

### 19 Remuneração aos acionistas

A Companhia tem o seguinte saldo de dividendos a distribuir, relativos aos resultados dos exercícios de 2010 e de 2011:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dividendos a distribuir		
Eletrobras	68.000	66.177
Outros	19	18
<b>Total</b>	<b>68.019</b>	<b>66.195</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue movimentação no primeiro trimestre de 2015:

<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>66.195</b>
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	1.824
<b>Saldo em 31/03/2015</b>	<b>68.019</b>

Segue movimentação no primeiro trimestre de 2014:

<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>59.687</b>
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	1.447
<b>Saldo em 31/03/2014</b>	<b>61.134</b>

## 20 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tomou recursos junto a sua controladora para futuro aumento de capital. As obrigações advindas destas origens de recursos estão registradas no passivo não circulante.

A movimentação dos adiantamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Amortizações</u>	<u>31/03/2015</u>
Contratos					
ECF 2941/2011	4.597	-	130	-	4.727
ECF 2941/2011-A	13.794	-	-	-	13.794
<b>Total</b>	<b>18.391</b>	<b>-</b>	<b>130</b>	<b>-</b>	<b>18.521</b>

## 21 Outros passivos

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pesquisa e desenvolvimento (i)	15.623	15.581
Credores diversos (ii)	4.079	3.905
<b>Total</b>	<b>19.702</b>	<b>19.486</b>

### (i) Pesquisa e desenvolvimento

A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento".

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, 20% para o Ministério de Minas e Energia - MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D, a Companhia está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

### (ii) **Credores diversos**

A Companhia registra neste grupo apropriações de contas a pagar pelo reconhecimento de obrigações para fins operacionais diversos.

## 22 **Imposto de renda e contribuição social**

### (a) **Imposto de renda**

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/1996.

### (b) **Lei nº 12.973/2014**

No dia 14 de maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/2014 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/1977 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/2014 entraram em vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, e foi facultado aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não adoção antecipada prevista na referida legislação, tendo em vista que não foram identificados benefícios fiscais para a Companhia, e também, pela exposição a riscos decorrentes da necessidade de implementação de controles adicionais previstos na legislação na hipótese de opção.

### (c) **Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social**

Em 31 de março de 2015, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 1.823.243 (R\$ 1.182.500 em 31 de março de 2014) e R\$ 1.823.480 (R\$ 1.182.736 em 31 de março de 2014) respectivamente. O CPC 32 - Tributos sobre os Lucros estabelece condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização do ativo fiscal diferido. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras considerando que as condições para registro não estão

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

asseguradas. Tais ativos representariam, em 31 de março de 2015, respectivamente, R\$ 455.787 (R\$ 295.601 em 31 de março de 2014) e R\$ 164.113 (R\$ 106.446 em 31 de março de 2014).

### (d) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/03/2015		31/03/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes ajuste RTT	(166.986)	(166.986)	(112.942)	(112.942)
Ajustes contábeis RTT	-	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(166.986)	(166.986)	(112.942)	(112.942)
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	28.287	28.287	(11.004)	(11.004)
	(138.699)	(138.699)	(123.946)	(123.946)
Despesas não dedutíveis	1.144	1.144	1.639	1.639
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	(137.555)	(137.555)	(122.307)	(122.307)
Compensações (prejuízos fiscais e Base negativa da CSLL)	-	-	-	-
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(137.555)	(137.555)	(122.307)	(122.307)
IRPJ e CSLL do período	-	-	-	-

## 23 Patrimônio líquido

### 23.1 Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

As ações estão distribuídas conforme segue:

	Quantidade de ações em 31/03/2015 e em 31/12/2014			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	8.161.020.279	8.161.020.279	845.461	99,993%
Outros	592.355	592.355	77	0,007%
Subtotal	8.161.612.634	8.161.612.634	845.538	100,000%
( - ) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
<b>Total</b>	<b>8.161.388.355</b>	<b>8.161.388.355</b>	<b>845.510</b>	<b>100,000%</b>

### 23.2 Reserva de lucros

Em 31 de março de 2015, é constituída unicamente pela reserva legal.

	31/03/2015	31/12/2014
Reserva Legal	2.596	2.596
<b>Total</b>	<b>2.596</b>	<b>2.596</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 24 Receita operacional líquida

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Suprimento de energia elétrica	129.369	84.505
Venda de cinzas	781	892
Aluguéis	5	8
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b><u>130.155</u></b>	<b><u>85.405</u></b>
ICMS	(71)	(80)
COFINS	(5.255)	(6.491)
PIS/PASEP	(1.140)	(1.409)
<b>Total impostos e contribuições</b>	<b><u>(6.466)</u></b>	<b><u>(7.980)</u></b>
RGR	(2.268)	(1.687)
P&D	(1.001)	(757)
<b>Total encargos setoriais</b>	<b><u>(3.269)</u></b>	<b><u>(2.444)</u></b>
<b>Total deduções à receita operacional</b>	<b><u>(9.735)</u></b>	<b><u>(10.424)</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>120.420</u></b>	<b><u>74.981</u></b>

Os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR's) do 1º leilão de energia nova preveem ressarcimento às concessionárias clientes, por parte da Companhia, nos casos de indisponibilidade na geração das usinas da Companhia. A Companhia contabiliza sua receita com base no valor líquido a receber, já considerando eventuais ressarcimentos, conforme regras de comercialização da CCEE.

O aumento da receita com a venda de energia verificado no primeiro trimestre de 2015 deve-se à obtenção, neste período, de receitas no mercado de curto prazo.

## 25 Custos e despesas operacionais

	<u>31/03/2015</u>			<u>31/03/2014</u>		
	<u>Custo operacional</u>	<u>Despesa operacional</u>	<u>Total</u>	<u>Custo operacional</u>	<u>Despesa operacional</u>	<u>Total</u>
Energia comprada para revenda	(98.944)	-	(98.944)	(40.383)	-	(40.383)
Encargos de uso da rede	(9.130)	-	(9.130)	(7.003)	-	(7.003)
Pessoal	(17.898)	(5.450)	(23.348)	(18.299)	(8.553)	(26.852)
Materiais	(24.404)	(62)	(24.466)	(20.201)	(52)	(20.253)
Serviços de Terceiros	(11.829)	(2.477)	(14.306)	(15.414)	(3.307)	(18.721)
Depreciação e Amortização	(20.097)	(298)	(20.395)	(18.118)	(273)	(18.391)
Provisões para contingências	-	(5.377)	(5.377)	-	-	-
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(41.004)	-	(41.004)	(32.191)	-	(32.191)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	38.374	-	38.374	29.075	-	29.075
Outras	(4.126)	(2.505)	(6.631)	(4.462)	(1.934)	(6.396)
<b>Total</b>	<b><u>(189.058)</u></b>	<b><u>(16.169)</u></b>	<b><u>(205.227)</u></b>	<b><u>(126.996)</u></b>	<b><u>(14.119)</u></b>	<b><u>(141.115)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25.1 Energia comprada para revenda

No primeiro trimestre de 2015, assim como no primeiro trimestre de 2014, a Companhia precisou adquirir energia elétrica para cumprir seus contratos de comercialização.

A Companhia mantém contratos de compra de energia junto à Eletronorte, que totalizam 135 MW médios mensais até dezembro de 2019, e 109 MW médios entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023. Para demandas adicionais, a Companhia recorre ao Mercado de Curto Prazo da CCEE.

### 25.2 Pessoal

Em 2013, a Companhia realizou um programa de incentivo ao desligamento de pessoal. Foi registrado um gasto de R\$ 32.438 com esse programa. Em 31 de março de 2015, o programa de desligamento de pessoal encontra-se concluído, não havendo gastos relativos a esse programa no exercício.

## 26 Resultado financeiro

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Rendimento de aplicações financeiras	111	114
Variações cambiais ativas (ii)	-	22.256
Outras receitas financeiras	105	351
<b>Total receitas</b>	<b><u>216</u></b>	<b><u>22.721</u></b>
Encargos da dívida (i)	(78.287)	(45.312)
Variações cambiais passivas (ii)	(110)	(26.432)
Outras despesas financeiras	(4.113)	(2.252)
<b>Total despesas</b>	<b><u>(82.510)</u></b>	<b><u>(73.996)</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>(82.294)</u></b>	<b><u>(51.275)</u></b>

#### (i) Encargos da dívida

O aumento dos empréstimos tomados pela Companhia em 31 de março de 2015, em comparação ao primeiro trimestre de 2014, ocasionou o aumento verificado nas despesas com encargos da dívida entre esses períodos.

#### (ii) Variações cambiais

A Companhia mantém transações em moeda estrangeira com fornecedores. Estas transações referem-se a aquisição de equipamentos que dependem de desembaraço aduaneiro para serem incorporados pela Companhia.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 27 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Remuneração	358	318
Encargos sociais	86	77
Benefícios	15	16
<b>Total</b>	<b><u>459</u></b>	<b><u>411</u></b>

## 28 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: contas a receber de clientes, direito de ressarcimento, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Recebíveis</b>		
Clientes	43.264	98.614
Direito de ressarcimento - CCC/CDE	98.190	62.346
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	28.699	25.717
<b>Total ativos financeiros</b>	<b><u>170.153</u></b>	<b><u>186.677</u></b>
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	2.143.940	2.054.814
Fornecedores	313.733	285.659
<b>Total passivos financeiros</b>	<b><u>2.457.673</u></b>	<b><u>2.340.473</u></b>

A Companhia não efetuou durante o primeiro trimestre de 2015, operações com características de derivativos, definidos no CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

A Companhia mantém contratos de fornecimentos de Carvão com a CRM - Companhia Rio-grandense de Mineração, para atender suas unidades de produção em Candiota/RS. Em relação a estes contratos, a Companhia detém direitos de recebimento de subvenção para aquisição de combustíveis para produção de energia através da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), administrada pela Eletrobras. Desta forma, a maior parcela dos gastos com combustíveis destinados à geração é subsidiada.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 29 Estimativa do valor justo

A Companhia pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a eventual estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Abaixo, a Companhia apresenta o saldo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:

	31/03/2015	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	28.699	28.699
<b>Total</b>	<b>28.699</b>	<b>28.699</b>

	31/12/2014	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	25.717	25.717
<b>Total</b>	<b>25.717</b>	<b>25.717</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos, quando mantidos pela Companhia, são incluídos no Nível 1.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), tais instrumentos, quando existem, têm seus valores determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acrescenta-se, também, que a Companhia não detém instrumentos financeiros classificáveis no Nível 3. Os instrumentos financeiros são classificáveis neste nível quando uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado.

O CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras. Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas presentes demonstrações financeiras intermediárias, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

### 30 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os índices de alavancagem financeira podem ser sumariados conforme abaixo:

	31/03/2015	31/12/2014
Financiamentos e empréstimos	2.143.940	2.054.814
Fornecedores	313.733	285.659
( - ) Caixa e equivalentes de caixa	(28.699)	(25.717)
( - ) Conta de consumo de combustíveis - CCC/CDE	(98.190)	(62.346)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.330.784</b>	<b>2.252.410</b>
Patrimônio líquido	(720.038)	(553.052)
<b>Total do capital</b>	<b>1.610.746</b>	<b>1.699.358</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>144,7%</b>	<b>132,5%</b>

### 31 Gestão de risco financeiro

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico/financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia tem, como passivos em moeda estrangeira, importação de materiais.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Passivos</b>		
Dólar norte-americano	639	529
<b>Total</b>	<u><b>639</b></u>	<u><b>529</b></u>

## b) Risco com taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Passivos</b>		
Selic	836.759	815.330
IPCA	711.786	681.648
Juros contratuais	600.122	562.433
<b>Total</b>	<u><b>2.148.667</b></u>	<u><b>2.059.411</b></u>

## c) Risco de liquidez

A Companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Passivos	31/03/2015			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	292.449	2.365	7.095	11.824
Empréstimos e financiamentos	246.305	218.762	594.681	1.084.192
Obrigações estimadas	9.155	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	18.521	-	-
<b>Total</b>	<b>547.909</b>	<b>239.648</b>	<b>601.776</b>	<b>1.096.016</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos	31/12/2014			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	264.375	2.365	7.095	11.824
Empréstimos e financiamentos	224.318	183.573	599.348	1.047.575
Obrigações estimadas	13.233	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	18.391	-	-
<b>Total</b>	<b>501.926</b>	<b>204.329</b>	<b>606.443</b>	<b>1.059.399</b>

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações permitindo que a Companhia identifique se irá encontrar dificuldades que possam afetar a capacidade de pagamento da empresa, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### d) Risco de preço

Com a Lei nº 12.783/2013, a remuneração das concessionárias geradoras hídricas passa a ser por tarifa determinada pela ANEEL. Já os contratos da Companhia se manterão inalterados até a divulgação, pela ANEEL, das regras de renovação das concessões térmicas.

Nas situações em que a Companhia precisa adquirir energia para complementar sua geração própria, ela o faz no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ficando, assim, exposta à variação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### e) Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que parte da energia vendida pela Companhia é adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), energia esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido ao aumento dos custos com compra de energia elétrica necessária para a Companhia cumprir seus contratos de suprimento.

Quando há escassez de chuva, as usinas térmicas são despachadas pelo ONS à plena carga (despacho por mérito) para otimização do sistema. O despacho por mérito é limitado à disponibilidade da usina (índices de indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

- (i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) ajustam a garantia física da usina.
- (ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao mercado de curto prazo é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

média ponderada mensal dos PLD's dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Em 2015, o valor do VR é de R\$ 80,69/MWh (R\$ 97,64/MWh em 2014) - conforme despacho SEM/ANEEL nº 289/2014.

### 32 Análise de sensibilidade

#### 32.1 Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos expostos à variação cambial em quatro cenários: dois com elevação das taxas de câmbio e dois com diminuição ao final de 2015.

##### a) Depreciação dos índices

Passivos	Saldo em moeda estrangeira em milhares em 31/03/2015	Saldo em milhares de R\$ em 31/03/2015	Cotação em R\$			Valor em milhares de R\$		
			Cenário provável em 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar	199	639	3,2500	2,4375	1,6250	647	485	323
<b>Total</b>	199	639	-	-	-	647	485	323

##### b) Apreciação dos índices

Passivos	Saldo em moeda estrangeira em milhares em 31/03/2015	Saldo em milhares de R\$ em 31/03/2015	Cotação em R\$			Valor em milhares de R\$		
			Cenário provável em 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar	199	639	3,2500	4,0625	4,8750	647	808	970
<b>Total</b>	199	639	-	-	-	647	808	970

#### 32.2 Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas, ao final de 2015. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros variável.

##### a) Depreciação dos índices

Passivos	Saldo em 31/03/2015	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Selic	850.553	13,2500	9,9375	6,6250	935.077	913.946	892.815
IPCA	711.786	8,1300	6,0975	4,0650	755.187	744.337	733.487
<b>Total</b>	1.562.339	-	-	-	1.690.264	1.658.283	1.626.302

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Apreciação dos índices

Passivos	Saldo em 31/03/2015	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Selic	850.553	13,2500	16,5625	19,8750	935.077	956.208	977.339
IPCA	711.786	8,1300	10,1625	12,1950	755.187	766.037	776.888
<b>Total</b>	<b>1.562.339</b>	-	-	-	<b>1.690.264</b>	<b>1.722.245</b>	<b>1.754.227</b>

### 33 Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada integral da Eletrobras. Até 31 de março de 2015, a Companhia realizou transações com empresas do grupo Eletrobras conforme demonstrado abaixo:

Ativos	Clientes	Direito de ressarcimento - CCC/CDE	31/03/2015	31/12/2014
CEAL	357	-	357	275
CEPISA	117	-	117	140
CELG-D	696	-	696	720
ELETROBRAS	-	98.190	98.190	88.764
<b>Total do ativo</b>	<b>1.170</b>	<b>98.190</b>	<b>99.360</b>	<b>89.899</b>

Passivos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros passivos	31/03/2015	31/12/2014
FURNAS	332	-	-	-	-	332	253
CHESF	299	-	-	-	-	299	223
ELETROSUL	326	-	-	-	-	326	249
ELETRONORTE	75.363	-	-	-	-	75.363	38.793
ELETROBRAS	-	2.143.940	68.000	18.521	395	2.230.856	2.139.777
<b>Total do passivo</b>	<b>76.320</b>	<b>2.143.940</b>	<b>68.000</b>	<b>18.521</b>	<b>395</b>	<b>2.307.176</b>	<b>2.179.295</b>

Receitas	Venda de energia	Ressarcimento de combustíveis	31/03/2015	31/03/2014
CEAL	-	-	-	636
CEPISA	-	-	-	895
CELG-D	1.519	-	1.519	2.239
ELETROBRAS	-	38.374	38.374	29.075
<b>Total da receita</b>	<b>1.519</b>	<b>38.374</b>	<b>39.893</b>	<b>32.845</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas	Compra de energia	Uso da rede elétrica	Despesa financeira	31/03/2015	31/03/2014
FURNAS	-	(587)	-	(587)	(520)
CHESF	-	(527)	-	(527)	(414)
ELETROSUL	-	(578)	-	(578)	(531)
ELETRONORTE	(42.432)	(537)	-	(42.969)	(21.602)
ELETOBRAS	-	-	(78.287)	(78.287)	(45.312)
<b>Total da despesa</b>	<b>(42.432)</b>	<b>(2.229)</b>	<b>(78.287)</b>	<b>(122.948)</b>	<b>(68.379)</b>

### 34 Compromissos operacionais de longo prazo

Os principais compromissos operacionais de longo prazo da Companhia são os seguintes:

#### a) Venda de energia

A Companhia fornece energia de acordo com contratos firmados através dos seguintes leilões de energia:

- 4º Leilão de energia de empreendimentos já existentes: contratos vigentes até o ano de 2016;
- 1º Leilão de energia de novos empreendimentos: contratos vigentes até o ano de 2024.

Os saldos estimados relativos à venda de energia para os próximos anos estão mostrados a seguir:

	Venda de energia 4º leilão	
	R\$ mil	MWh
2016	38.100	283.700
<b>Total</b>	<b>38.100</b>	<b>283.700</b>

	Venda de energia 1º leilão	
	R\$ mil	MWh
2016	469.600	2.557.900
2017/2018	939.200	5.115.800
2019/2020	939.200	5.115.800
Após 2020	1.878.400	10.231.600
<b>Total</b>	<b>4.226.400</b>	<b>23.021.100</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### b) Aquisição de combustíveis

A Companhia adquire carvão mineral da Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de carvão	
	R\$ mil	Toneladas
2016	131.421	3.288.000
2017/2018	262.843	6.576.000
2019/2020	262.843	6.576.000
Após 2020	525.685	13.152.000
<b>Total</b>	<b>1.182.792</b>	<b>29.592.000</b>

### c) Aquisição de insumos

A Companhia adquire cal, para controle das emissões de resíduos das suas usinas, com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de cal	
	R\$ mil	Toneladas
2016	40.498	101.380
2017/2018	80.997	202.760
2019/2020	80.997	202.760
<b>Total</b>	<b>202.492</b>	<b>506.900</b>

### d) Compra de energia

A Companhia mantém contratos de compra de energia com a Eletronorte. Abaixo, segue previsão de desembolso para os próximos exercícios:

	Compra de energia	
	R\$ mil	MWh
2016	184.212	1.182.240
2017/2018	368.424	2.364.480
2019/2020	337.224	2.139.840
Após 2020	459.036	2.872.800
<b>Total</b>	<b>1.348.896</b>	<b>8.559.360</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 35 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento			31/03/2015	31/12/2014
		Importância Segurada	Prêmio total	Prêmio a apropriar	Prêmio a apropriar
Responsabilidade Civil - Fases A, B e C	31.12.15	20.000	215	161	-
Riscos Operacionais Fase C	31.12.15	1.100.000	4.619	3.465	-
Riscos Operacionais Fases A e B	31.12.15	966.100	1.263	947	-
Roubo, Incêndio e Colisão	16.06.15	2.500	15	-	-
		<u>2.088.600</u>	<u>6.112</u>	<u>4.573</u>	<u>-</u>

A Companhia não apresentou saldos de prêmios a apropriar em 31 de dezembro de 2014.

\* \* \*

**Companhia de Geração Térmica  
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 31 de março de 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Sereno Chaise  
Presidente

Clóvis Ilgenfritz da Silva  
Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado

Luiz Henrique de Freitas Schnor  
Diretor Técnico e de Meio Ambiente

Sandro Figueiredo de Oliveira  
Diretor Administrativo

João Luis Lucas Maracci  
Contador CRC-RS 46.907